

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO • IDPEE / IurisForma

Temas de Direito Penal Económico, Internacional e Europeu

COLÓQUIO

22 JANEIRO 2026

Local



10h00 • 11h30 SESSÃO DE ABERTURA

MANUEL COSTA ANDRADE
Presidente da Mesa da Assembleia do IDPEE

ORADORES

Política Criminal – os valores do direito penal em mudança
ANABELA MIRANDA RODRIGUES, Presidente da Direção do IDPEE

Acordo de Não Persecução Penal nos Delitos Tributários
ANTONIO JOSÉ CAMPOS MOREIRA
Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

11h30-13h00

MESA 1 • Responsabilidade e Governança no Âmbito Empresarial

MEDIADORES

SÓNIA FIDALGO, Universidade de Coimbra/Faculdade de Direito
RAFAEL KULLMANN, Advogado Criminalista

ORADORES

A responsabilidade por omissão imprópria do dirigente empresarial
FLAVIO LUCAS, Desembargador Federal (TRF da 2ª Região)

A continuidade típico-normativa, subsidiariedade e critérios interpretativos: análise crítica dos crimes licitatórios no ordenamento brasileiro após as Leis n.º 14.133 e 14.230/2021

FLÁVIO BOSON, Desembargador Federal (TRF da 6ª Região)

14h30h às 16h00

MESA 2 • Lavagem de Capitais e Prova Penal

MEDIADORES

NUNO BRANDÃO, Universidade De Coimbra / Faculdade de Direito
SHEILA LUSTOZA, Advogada Criminalista

ORADORES

A (im)punibilidade da autolavagem de capitais no Direito Penal brasileiro

WANDERLEY SANAN DANTAS, Desembargador Federal
(TRF da 2ª Região)

A prova do dolo no delito de lavagem de capitais
DIOGO MENTOR, Diretor Jurídico da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro

16h00-17h30

MESA 3 • Inteligência Financeira e Justiça Negocial

MEDIADORES

CLÁUDIA SANTOS, Universidade de Coimbra/ Faculdade de Direito
ROBSON MACIEL JR., Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Presidente do Colégio de Procuradores-Gerais das Assembleias Legislativas do Brasil.

ORADORES

Judicialização dos relatórios de inteligência financeira: validade e admissibilidade como prova penal
DÉCIO ALONSO GOMES, Promotor de Justiça (MPRJ)

Os acordos de leniência ou de colaboração premiada como meio de obtenção de prova e seu controle judicial em maxiprocessos
ROGÉRIO FAVRETO, Desembargador Federal (TRF da 4ª Região)